

ATA Nº 7

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de **dois mil e vinte e dois**, pelas 9h15, teve lugar, no Auditório Dr. Jorge Gama nos Paços do Município, a **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, com a **Ordem de Trabalhos que se segue**: _____

Período de “Intervenção do público”	
Período “Antes da ordem do dia”	
Período da “Ordem do dia”	
1º	INFORMAÇÃO ESCRITA O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
2º	APRECIAÇÃO DO PARECER JURÍDICO ACERCA DA PARCERIA DO MUNICÍPIO COM O ESTADO PORTUGUÊS, A ADP- ÁGUAS DE PORTUGAL, SGPS S.A E A SOCIEDADE A.D.A.M.- ÁGUAS DO ALTO MINHO, S.A. E VOTAÇÃO DA PROPOSITURA DE AÇÃO AO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO, DELIBERADA NA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA A 14 DE JULHO ÚLTIMO
3º	AEROPLANUM – ASSOCIAÇÃO AERÓDROMO ALTO MINHO/ GALIZA - APROVAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO, PARTICIPAÇÃO E ESTATUTOS
4º	INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA - 1º SEMESTRE 2022
5º	PROTOCOLO COM IPVC PARA DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E ATIVIDADES CIENTÍFICAS, CONSULTORIA E APOIO AO EMPREENDEDORISMO - COMPROMISSO PLURIANUAL
6º	TAXAS MUNICIPAIS PARA 2023
7º	RECONHECIMENTO DE INTERESSE DA CANDIDATURA “VALORIZAÇÃO PATRIMÓNIO RURAL DA ALDEIA DE VERDOEJO” - REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO CULTURAL DE VERDOEJO E CAPITALIZAÇÃO DO VALOR HISTÓRICO E CULTURAL, NO ÂMBITO DA OPERAÇÃO 10.2.1.6 “RENOVAÇÃO DE ALDEIAS”
8º	PROJETO DE REGULAMENTO DO “PONTÃO DE SÃO PEDRO DA TORRE”
9º	SUBSÍDIOS E TRANSFERÊNCIAS:
	a) UNIÃO DE FREGUESIAS DE VALENÇA, CRISTELO-CÓVO E ARÃO;
	b) FREGUESIA DE S. PEDRO DA TORRE;
	c) FREGUESIA DE GANFEI;
	d) FREGUESIA DE FRIESTAS.
10º	PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÕES DE BOLSAS DE ESTUDO

Pela Mesa foi verificada a **substituição** de um Membro deste órgão, previamente comunicada, através de declaração escrita, ao Secretariado de Apoio e à Mesa da Assembleia. Assim, usando da faculdade que lhe é concedida ao abrigo do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pelo Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o Membro Dora Marisa Alves Guterres, Vítor Manuel da Costa Oliveira, Luís Alberto Mendes Brandão Coelho, Manuel Álvaro Guimarães Gomes, José António Lopes Nogueira, Paulo Jorge Nobre Pacheco, Carla Susana da Cunha Oliveira Conde, foi **substituído**, no exercício das suas funções, pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da respetiva lista, por

Amândio José Mendes do Nascimento Moreira, Rui Pedro da Silva Ferreira, Maria do Carmo Costa Branco da Silva Duarte, Paulo Jorge Gonçalves da Purificação, António José Gomes Sousa, Cristina Maria Vilas Rodrigues, Hernâni Natal Araújo. _____

Verificadas as **substituições**, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à chamada de cada um dos Membros que compõe o órgão, tendo a sessão contado com a presença dos seguintes: José António Moreira Cerqueira, Alberto Luís Oliveira Vilas, Sebastião António Silva Alves, Amândio José Mendes do Nascimento Moreira, Inês Rita da Silva Ferreira, Débora Patrícia Alfaia Ferreira, Luís Manuel Gomes Amorim, Rui Pedro da Silva Ferreira, Paula Alexandra Melim dos Santos Natal, Paulo Jorge da Cunha Esteves, Paulo Jorge Gonçalves da Purificação, Aurélia da Conceição Torres Gomes Correia, Pedro Manuel Guedes de Lemos, Jorge Moura Rodrigues, Maria da Conceição da Cunha Pereira, Hernâni Natal Araújo, Liliana Mateus Fernandes Cerqueira, Orlando Vasco da Cunha Oliveira, Filipe Fernandes Taveira, Maria do Carmo Costa Branco Silva Duarte, António José Gomes Sousa, Jorge Manuel de Sousa Fagundes, Carlos Manuel Afonso Pereira, André de Sousa Rodrigues, Álvaro Agostinho Gomes Alves, Armando Rodrigues Fernandes, Cristóvão Amorim Pereira, Isidro Manuel Cortinhas de Sousa, Cristina Maria Vilas Rodrigues, Alexandre Pereira Lagoa, Diogo Miguel Mota Silva e José Manuel Montenegro Roda. _____

Para além dos membros da Assembleia Municipal, estiveram, também, presentes o **Presidente da Câmara Municipal, Sr. José Manuel Vaz Carpinteira**, e os **Vereadores Srs. Ana Paula Vaz Almendra Xavier, Arlindo Amorim de Sousa, Manuel Rodrigues Lopes e Elisabete Maria Lourenço de Araújo Domingues** e em regime de substituição de José Manuel Temporão Monte e Rui Filipe Fernandes Rodrigues, compareceram os Catarina Manuel Alves de Sousa Domingues e Renato Cunha Lobão Alves Moreno. _____

Assumiram funções de 1.ª e 2.º secretários da Mesa, os deputados Srs. Conceição Pereira e Filipe Taveira, respetivamente. _____

Todos os Deputados Municipais/Membros, no momento das respetivas intervenções, fizeram as habituais saudações. _____

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, José António Moreira Cerqueira**, após verificar a existência de quórum, iniciou os trabalhos proferindo a habitual saudação protocolar e desejando um trabalho profícuo em prol de Valença. Informou que a sessão, à semelhança do que vem sendo habitual, seria objeto de gravação de imagens e difundida pelas redes sociais em direto e, ainda, que foi pedido, por parte da Câmara Municipal, o **agendamento extra** do projeto de alteração ao “**Regulamento de Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo**”. O agendamento prende-se com a abertura de concurso de atribuição de Bolsas de Estudo com base neste novo documento. Do mesmo foi dado conhecimento e distribuído na última reunião de Comissão Permanente. Termos em que depois de questionado o plenário acerca da inclusão do já citado e de não ter existido qualquer objeção, o assunto foi agendado para o

décimo ponto. Mais, fez o ponto de situação da revisão do regimento e da previsão para a apreciação e aprovação no órgão, assim como informou que a última reunião da Comissão Permanente contou com a presença do Sr. Presidente de Câmara para esclarecer dúvidas dos Líderes Municipais quanto à parceria celebrada com a ADAM. _____

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do período de Intervenção do Público, tendo-se inscrito o Sr. Ângelo Oliveira. _____

- O Sr. **Ângelo Oliveira** agradeceu a transmissão e difusão das sessões do órgão deliberativo do Município em direto nas redes sociais. Assim como, a tentativa de cura do “cancro” ADAM. Seguidamente, em representação da Associação Desportiva de Cerdal, solicitou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que desse cumprimento à promessa, eleitoral, de remodelação do campo de jogos da Associação, tendo finalizado a sua intervenção com a questão dos montantes atribuídos para presépios. _____

O Sr. **Presidente da Câmara Municipal** mencionou que o cumprimento da promessa está subjacente à apresentação, por parte da Associação, da prova da titularidade do campo de jogos e em relação ao subsídio para os presépios referiu que é atribuído em função da entrega à Câmara Municipal do plano de atividades e após assinatura do Contrato Programa. _____

I – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

Leitura de expediente O Sr. Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do período de “Antes da Ordem do dia” e de acordo com o regimento, a 1.ª secretária, em exercício, procedeu à **leitura do expediente**, recebido e expedido entre o dia 30 de junho a 29 de setembro corrente, informando que a documentação se encontra à disposição dos Membros no dia da sessão e no secretariado de apoio, no Edifício dos Paços do Concelho, nos restantes dias. _____

Apreciação e votação da ata de 30/06/2022 Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a **ata da sessão de 30/06/2022** a apreciação e como não surgiram quaisquer correções foi a mesma **aprovada, por unanimidade**, num universo de 26 (vinte e seis) votantes. Os Srs. Luís Amorim, Hernâni Natal, Cristina Rodrigues, Filipe Taveira, M^a. Do Carmo Duarte, José Roda não tomaram parte na votação por não terem estado presentes nessa mesma sessão. _____

Apresentação de propostas Pelo Partido Socialista foi apresentada a proposta de voto de louvor ao Hóquei Clube de Valença, abaixo transcrita, lida pelo Deputado Sr. Paulo Purificação. _____

Voto de louvor ao Valença Hóquei Clube

“O Valença Hóquei Clube acaba de escrever mais uma bonita página na história, juntando ao seu palmaré a Taça do Minho 2022. Numa grande final que se disputou no sábado passado, sábado, 24 de setembro, no Pavilhão Municipal de Valença, o Valença Hóquei Clube derrotou o Famalicense Atlético Clube B por 3-2. Com esta vitória, o Valença Hóquei Clube arrecadou para as suas vitrines a primeira edição da Taça do Minho, organizada pela Associação de Patinagem do Minho. Participaram neste torneio as equipas do Minho que vão disputar a terceira divisão do Campeonato Nacional de Seniores. Muitas têm sido as grandes tardes e noites desportivas que o hóquei tem proporcionado a Valença e aos valencianos, sendo umas das mais _____

acarinhas modalidades do nosso Concelho. A participação do Valença Hóquei Clube na primeira divisão nacional de hóquei em patins, considerada a melhor competição mundial da modalidade, as eliminatórias na Taça de Portugal, junto a gigantes como o Futebol Clube do Porto, Benfica, Sporting, Hóquei de Barcelos, entre outros, e a participação na Taça CERS são outros motivos de orgulho por terem levado o bom-nome da nossa cidade por este país fora e por esta Europa fora também. É por isso justo reconhecer e parabenizar os fantásticos resultados alcançados pela equipa sénior do Valença Hóquei Clube desde que retomou a sua atividade, mas é também de realçar a aposta do clube nas camadas jovens, permitindo a prática desportiva a dezenas de crianças e jovens valencianos. Por ser uma referência do associativismo desportivo de Valença, por ser um embaixador de Valença por todo o país, com magníficos resultados alcançados, pela entrega, dedicação, união, espírito de equipa, humildade e pela capacidade e qualidade de trabalho desenvolvido pela Direção, equipa técnica, jogadores e colaboradores do clube, o grupo municipal do Partido Socialista de Valença propõe à Assembleia Municipal a aprovação deste voto de louvor ao Valença Hóquei Clube e que o seu teor lhe seja dado conhecimento. Valença, 30/09/2022.” _____

A proposta de **voto de louvor ao Valença Hóquei Clube**, após ter sido colocada a intervenções, foi a mesma, num universo de 32 (trinta e dois) votantes, **aprovada por unanimidade**. _____

Interpeleções orais ao Sr. Presidente da Câmara Objeto de intervenções dos Srs. Carlos Pereira, Paulo Esteves, Alberto Vilas, Liliana Fernandes, Inês Ferreira, Pedro Lemos, Hernâni Natal, Paula Natal, Alexandre Lagoa, Sebastião Alves, Débora Alfaya, Orlando Vasco e Luís Amorim. _____

- **O Presidente de Junta de Freguesia de Cerdal, Sr. Carlos Pereira**, para saber do ponto de situação da afetação de funcionários camarários às freguesias. Convidou os presentes a estarem presentes na desfolhada dia 15 do corrente mês, em Cerdal, junto à sede do Rancho Folclórico “Os Camponeses Minhotos” e, desejou uma rápida recuperação ao colega, Membro deste órgão e Presidente de Junta da União de Freguesias de Gondomil e Sanfins, Paulo Pacheco. _____

- **O Membro Sr. Paulo Esteves** parabenizou o executivo pela alteração ao regulamento das bolsas de estudo quanto aos critérios subjacentes à atribuição de bolsas aos alunos do ensino superior. Dão a possibilidade de poder fazer face ao custo de vida e as grandes dificuldades financeira com que os agregados familiares se deparam para poder ter um descendente a estudar. E em relação à AdAM, nem precisou de ver o parecer do Dr. Carlos Abreu Amorim, porque um dos fundamentos do Tribunal Constitucional é que o Município não poderia sair, no seu entender fundamento falso antes da decisão, ou seja, antes do referendo chegar ao Tribunal Constitucional estava chumbado. Trata-se de uma espoliação absoluta e por isso imperioso sair rapidamente. _____

- **O Membro Sr. Alberto Vilas** felicitou pelo resultado positivo dos eventos realizados durante a época de verão com a participação ativa da população e da respetiva organização municipal. Prosseguindo, alertou para a dificuldade na circulação rodoviária na Rua de Favais originada pela intervenção para a instalação do gás natural, há mais de 3 meses, por uma empresa privada. Seguidamente, referiu que o envio dos convites para participação em atividades deveria ser feito com maior antecedência sobre a data de realização do evento, sob pena de inibir uma maior participação. Prosseguindo, questionou se existiram mais diligências quanto à aquisição do edifício do Antigo Colégio da Santa Casa, para a qual o grupo municipal do PSD, já o mencionou anteriormente, apoia. Por último, sabe que o Monsenhor Agostinho Borges esteve em Valença e considera que o Município poderia ter tido a amabilidade de _____

convidar os autarcas que estiveram, em 2018, numa visita oficial do Município, a Roma, para a entrega da estatueta “São Teotónio” ao Papa Francisco e que, na altura, também foram recebidos pelo Monsenhor Agostinho Borges. _____

- **O Membro Sra. Liliana Cerqueira** verificou que, do estudo publicado recentemente pela Associação Portuguesa contra a Obesidade Infantil, o Distrito de Viana do Castelo apresenta a pior taxa, a nível nacional, de distribuição gratuita de fruta escolar, o que a levou a questionar o ponto de situação da sugestão que apresentou na última Assembleia Municipal sobre a adesão ao regime fruta escolar. _____

- **O Membro Sra. Inês Ferreira** agradeceu todos os convites que lhe tem sido endereçados enquanto membro da Assembleia, no entanto partilha da mesma opinião do colega Alberto Vilas no sentido de que alguns chegam na véspera do evento, o que dificulta a participação. Lamentou que os Membros da Assembleia Municipal não tivessem sido convidados para a receção que foi feita, pelo Município, ao Monsenhor Agostinho, reitor da Igreja de Santo António dos Portugueses de Roma e questionou o motivo de não o terem feito quando o fazem para todas as atividades que a Câmara desenvolve. _____

- **O Deputado Sr. Pedro Lemos** felicitou o colega Alexandre Lagoa pela excelente vitória, nas eleições para a Assembleia de Freguesia de São Julião e Silva, contra um movimento independente apoiado por duas forças políticas e de Valença. Prosseguindo, felicitou pelo resultado das festas do concelho num espaço que, em Valença, verificou-se ser mais positivo e questionou sobre a relação de custo/benefício do Festival Contrasta de Valença, que não correu tão bem. Agora versando a sua intervenção acerca das bicicletas elétricas no Município, sugeriu a agilização do processo de levantamento de cartão, uma vez que foi atendido, nas piscinas, por um funcionário que lhe referiu não ter competência para o fazer e que teria de ser agendado para ser atendido pelo colega responsável. Pessoalmente não interfere, no entanto passa-se um imagem negativa a um turista. A alternativa da aplicação, de facto é boa, no entanto deveria prever mais métodos de pagamento que não exclusivamente o cartão de crédito. Prosseguindo, referiu que não entende a dualidade de critérios nas decisões tomadas pela DRCN, quanto à autorização para a colocação da nova estrutura das “pedras do caminho”, na Fortaleza, e o indeferimento da colocação do painel eletrónico na Rotunda de Trapicheira. Mais, questionou se a vaga de imigrantes está a ser controlada e articulada entre a Câmara, o SEF e as Juntas de Freguesia. Por último, questionou a previsão para a reabertura do serviço de atendimento permanente SAP/urgências 24 horas prometida em campanha eleitoral pelo PS. _____

- **O Deputado Sr. Hernâni Natal** questionou o que se passa com a programação e divulgação da biblioteca, uma vez que não se tem verificado qualquer tipo de publicidade. _____

- **A Deputada Sra. Paula Natal** felicitou todas as atividades culturais e desportivas desenvolvidas pelo Município e o apoio aos atletas de igual forma, designadamente à atleta Inês Fernandes. Seguidamente,

questionou, atendendo à realidade mundial e às diretrizes implementadas e impostas pelo Governo, quais as medidas que o Município pretende implementar relativamente à eficiência energética. _____

- **O Presidente de Junta de Freguesia de S. Julião e Silva, Sr. Alexandre Lagoa** desejou uma rápida recuperação ao seu colega Presidente de Junta, Paulo Pacheco e parabenizou o Sr. Presidente de Câmara e demais Executivo pela retoma da iniciativa da Vida Ativa. Seguidamente, questionou do ponto de situação do contrato com a empresa que gere a recolha do lixo, se vai haver algum tipo de fiscalização quanto à desinfeção e lavagem dos contentores, e se se irá aplicar algum tipo de penalização pela falta de eficácia e pelo não cumprimento do que foi contratualizado. _____

- **O Deputado Sr. Sebastião Alves** solicitou informações acerca do custo real do arranjo urbanístico na Rua Frei Santa Rosa de Viterbo, no qual diz-se estar incorporada a famosa ponte da ecovia, na Ponte Seca que ainda não foi feita. Aliás aquando da aprovação do plano de urbanização da área central de Valença, foi elevado, ilegalmente, na sua opinião, à categoria de grau 2, quando se trata de loteamento com a categoria grau 1. Mais mencionou que aquando da sua aprovação, em 2017, votou contra, com declaração de voto, vencido, por estar pejado de irregularidades e ilegalidades. Motivo pelo qual questionou como é possível estar a requalificar-se o prédio “Palácio de Vidro”, na Cidade Nova, em Valença, com alteração do uso de comércio de serviços para habitação, quando em termos de plano nem sequer existe, bem como a legislação aplicada. Por último, solicitou informações sobre o TGV. _____

- **A Deputada Sra. Débora Ferreira** congratulou a parceria entre o Município e o Instituto Politécnico de Viana do Castelo pela assinatura, no passado dia 15 de setembro, do contrato-programa de financiamento da residência académica de Valença com a Agência Nacional Erasmus+. Anseio e luta de largos anos, quer da comunidade académica da Escola Superior de Ciências Empresariais quer de muitos dos seus colegas deputados em mandatos anteriores, que finalmente se concretiza. A obra representa um investimento de 2.000.000,00€ (dois milhões de euros), financiada pelo programa de recuperação e resiliência, cuja iniciação está prevista para o início do ano vindouro. A sua localização junto da zona escolar e desportiva é a mais adequada, dada a proximidade com a escola superior e o centro da cidade, onde se localizam os principais equipamentos municipais que poderão servir de apoio aos estudantes. O problema de alojamento para jovens que escolhem Valença para estudar, que são cada vez mais, sendo atualmente mais de 650, foi considerado uma prioridade pelo atual executivo, esperando-se que com a criação desta residência académica as dificuldades sejam atenuadas e a Cidade seja vista como mais atrativa e aqui se fixem com perspetivas futuras. Deu uma palavra de apreço aos técnicos municipais envolvidos na concretização deste projeto, frisando que, afinal, existem profissionais municipais capazes, faltava era a vontade de fazer mais, inclusivamente existem fundos disponíveis. Por último, deixou uma consideração para nunca esquecer: *“os jovens de hoje são o futuro de amanhã, por isto, devemos lutar para que todos os jovens tenham sempre as melhores condições, não permitindo nunca que desistam pela falta delas”*. _____

- **O Deputado Sr. Orlando Oliveira** manifestou satisfação por ver o Concelho a afirmar-se novamente no Alto Minho, como um Concelho de excelência, exemplar e forte, bem como a tomar as rédeas, a quebrar as barreiras e a elevar Valença e a Eurocidade novamente. A Eurocidade foi durante muitos anos apenas um acordo entre dois Concelhos que partilhava alguns eventos culturais e desportivos, no entanto, como Valença merece mais, os Municípios de Valença e Tui aprovaram o plano de ação 2030, que consiste no desenvolvimento comum em diversas áreas e que vai permitir afirmar Valença, a Eurocidade, no contexto da Eurorregião do Norte de Portugal. Por último, questionou quais são os benefícios práticos que o referido plano estratégico tem para os valencianos e os tudenses. _____

- **O Deputado Sr. Luís Amorim** felicitou o atual executivo pelo excelente trabalho desenvolvido, a nível cultural, até ao momento, designadamente, com a variada e riquíssima agenda de verão que envolveu várias entidades, associações, coletividades, os comerciantes e culminou com grandes enchentes nos eventos que se realizaram durante esse período na cidade de Valença, com o cinema no jardim, uma nova iniciativa que dinamizou o espaço municipal, assim como com a excelente agenda das festas do Concelho e o magnífico evento do mercado medieval que decorreu na Coroadá, na Fortaleza de Valença. Felicitou, também, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Valença pelo seu 103.º aniversário. Por último, questionou como decorreu a iniciação do novo ano letivo, se dentro da normalidade e como esperado. _____

Terminadas as interpelações, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para os eventuais esclarecimentos. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Cerdal, quanto à questão de colocar um funcionário em cada Junta de Freguesia, referiu que, no próximo ano, poderão assumir um cantoneiro por cada freguesia, desde que haja receita para o efeito. _____

Quanto ao mencionado pelo Sr. Membro Paulo Esteves acerca da alteração ao regulamento das bolsas de estudo, informou que a alteração prende-se, basicamente, com a necessidade de incrementar mais apoio aos estudantes que de facto precisam. _____

Quanto ao mencionado pelo Membro Sr. Alberto Vilas, sobre os eventos de verão, registou o agrado manifestado. No que concerne à Rua de Favais, referiu que a obra de instalação do gás natural provocou alguns constrangimentos à circulação. No entanto, a informação que possuía é que naquela semana se procederia à repavimentação. Quanto aos convites, tem que averiguar se existe alguma falha e se existir será corrigida. No que concerne a novas informações acerca do Edifício do Colégio Português, informou que não existem novidades e reforçou a informação que detém. Quer a Câmara quer a Santa Casa da Misericórdia solicitaram avaliações ao edifício, as quais apresentam valores próximos e o Município continua interessado na aquisição do Edifício. Mais informou que, em breve, a Câmara Municipal formalizará a proposta de aquisição do imóvel. _____

Quanto à visita do Senhor Monsenhor Borges, informou que se tratou de um visita de cortesia. Souberam na véspera da sua visita e respeitaram as exigências do próprio. Contou com a presença do Executivo e foi convidado o Sr. Presidente da Assembleia Municipal que, por motivos profissionais, não esteve presente. Mais disse que foram, ainda, convidados o Sr. Presidente da Junta de de Ganfei, o Sr. Arcipreste do Concelho e a Confraria de São Teotónio. _____

Relativamente ao mencionado pela Membro Sra. Liliana Fernandes no que concerne à distribuição gratuita de fruta escolar, que está em análise a preparação de uma candidatura, com conjunto com a Direção da Escola. _____

Quanto à felicitação efetuada pelo Sr. Deputado Pedro Lemos, relativamente à animação de verão e à exceção feita quanto ao Festival “Contrasta”, mencionou que se tratou da primeira edição do mesmo foi e que projetou Valença para além dos seus limites geográficos. Mais disse estarem a analisar-se quais as melhores datas para a sua realização no próximo ano. Relativamente às bicicletas elétricas, trata-se de um serviço prestado pelo AECT – Agrupamento Europeu de Cooperação Transfronteiriça, no âmbito do projeto Minho-Bike. Todo o processo está a ser agilizado e no que concerne a procedimentos de adesão poderão ser melhorados. Relativamente ao painel luminoso, solicitaram parecer à Direção Regional de Cultura do Norte e convidara a Diretora da entidade a deslocar-se a Valença, para avaliar o local, encontrando-se a aguardar o seu parecer. Por último, informou que foi apresentada uma candidatura ao PRR para beneficiar das condições de acesso ao Centro de Saúde. Está a trabalhar-se para requalificar o centro de saúde e o espaço do INEM. Esclareceu que, nesta primeira fase serão investidos cerca de 600.000,00€ (seiscentos mil euros). E, numa segunda fase, pretende-se investir cerca de 2.000.000,00€ (dois milhões de euros). _____

Quanto ao questionado pelo Sr. Deputado Hernâni Natal, referiu que a biblioteca tem uma programação consolidada, mas que deve ser reforçada e melhorada. _____

Prosseguindo, agradeceu o elogio feito pela Sra. Deputada Paula Natal, acerca das atividades culturais e desportivas. Quanto às medidas tomadas para melhorar a eficiência energética do Concelho, mencionou que os técnicos do Município têm estado a trabalhar para promover a redução do consumo energético. _____

Em resposta ao Sr. Presidente da Junta de São Julião e Silva, mencionou que o programa “Vida Ativa” será reativado. Relativamente aos serviços da empresa de recolha do lixo, vem sendo reforçado, pelo atual executivo, o controlo e acompanhamento para minimizar os problemas. Entretanto, foi aberto um concurso público internacional e os serviços do Município estão a analisar rigorosamente o processo. No entanto, no futuro, seja qual for a empresa, para uma boa execução tem de haver maior fiscalização, mas também mais sensibilização ambiental dos munícipes e penalizações para o não cumprimento do caderno de encargos. _____

Quanto à linha do TGV, mencionada pelo Sr. Deputado Sebastião Alves, referiu-lhe que está prevista a ligação Porto – Braga - Valença. Relativamente ao Palácio de Vidro, referiu que a alteração de uso, de

comércio e serviços para habitacional, vem do executivo anterior e que poderá, se assim o entender, ter acesso a todo o processo. _____

No que concerne à criação da residência académica, mencionada pela Sra. Deputada Débora Ferreira, referiu que o atual executivo quer dar melhores condições e apoio aos alunos do ensino superior. Tem-se verificado que a procura por parte dos alunos tem vindo a aumentar. A Câmara Municipal e a Agência Nacional de Erasmus+ assinaram contrato para financiamento de cerca de 2.000.000,00€ (dois milhões de euros), através do PRR, para a construção da residência académica. A obra deverá iniciar-se no início de 2023. _____

Relativamente ao plano estratégico da Eurocidade 2030, mencionado pelo Sr. Deputado Orlando Oliveira, prevê-se melhorar a mobilidade entre Valença e Tui. Assim como reforçar as medidas ambientais e a promoção exterior da Eurocidade. O plano estratégico permitirá apresentar candidaturas que interessem a ambos Concelhos. _____

Por último, ao Sr. Deputado Luís Amorim agradeceu as suas palavras sobre o impacto das atividades culturais e referiu que o ano letivo arrancou bem e de acordo com o previsto. _____

AUSÊNCIA DEFINITIVA DE UM MEMBRO: Quando os trabalhos da sessão iam neste ponto o membro Sr. Paulo Esteves ausentou-se não tendo regressado à sessão. _____

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do período da “Ordem do dia”. _____

I – PERÍODO DA “ ORDEM DO DIA”

PONTO 1º – INFORMAÇÃO ESCRITA O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Foi presente a Informação a que se refere a alínea c) do nº 2 do artº 25º da lei nº 75/2013, de 12 de setembro com o resumo da situação financeira do Município no dia 31/08/2022; _____

- Compromissos plurianuais assumidos entre 18/06/2022 a 16/09/2022; _____
- Apoio às freguesias concedidos entre 01/01/2022 e 30/06/2022; _____
- Listagem de empreitadas e projetos à data de 16/09/2022; _____
- Listagem dos processos judiciais pendentes em 05/09/2022 e o estado dos mesmos; _____
- Prioridades de investimento para o Alto Minho - Área da Saúde - Contrato Interadministrativo de Colaboração. _____

Termos em que o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu a abertura de inscrições, tendo-se inscrito os Srs. Carlos Pereira, Liliana Fernandes, Alberto Vilas, Inês Ferreira, Sebastião Alves, Pedro Lemos, Paula Natal, Sebastião Alves e Luís Amorim. _____

- **O Presidente da Junta de Freguesia de Cerdal, Carlos Pereira**, interveio para manifestar alguma insatisfação, no tocante aos Caminhos de Santiago, relativamente à excessiva divulgação do Caminho da Costa, em detrimento do caminho tradicional, o Central, que atravessa as freguesias de Cerdal, Fontoura, Gandra, Arão e Valença. _____

- **O Membro Sra. Liliana Cerqueira** referiu que face ao crescente aumento do número de alunos de outras nacionalidades que têm integrado o Agrupamento Murallas do Minho, verifica-se insuficiente o número de salas de aulas provocando inúmeros contratemplos na elaboração de horários. Sabendo que

não é um assunto que seja de competência direta do Município, questionou se em futuras obras de reestruturação da escola sede estão contempladas mais salas de aulas. Em relação à fruta escolar, é distribuída atualmente no âmbito da refeição escolar e, claramente, uma peça de fruta por dia, não é de todo o ideal, em termos de necessidades nutricionais das crianças. O objetivo era promover a oferta gratuita fora do âmbito da refeição escolar. Existe uma candidatura a fundos financiados europeus para promover um maior consumo deste alimento que é tão importante para lanches saudáveis. _____

- O **Membro Alberto Vilas**, relativamente à resposta obtida sobre a Rua de Favais, mencionou que se a rua estivesse a ser repavimentada não teria levantado a questão. Prosseguindo, disse que a Eurocidade foi criada com determinados objetivos e tem o seu trajeto que em muito contribuiu para fortalecer a união entre os dois povos e ultrapassar algumas divergências. O grupo municipal do Partido Social Democrata, na Assembleia Municipal, estará sempre a favor das iniciativas da Eurocidade, o que nem sempre aconteceu no passado por outros opositores a quem estava a gerir o Município naquela altura. Relativamente ao Edifício do Colégio Português questionou o Sr. Presidente se poderia adiantar o que pretendem nele instalar. Relativamente ao TGV, recorda-se que, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, foi a três iniciativas públicas pela eletrificação da Linha do Minho. Considera que a centralidade de Valença não vai ser posta em causa, se este projeto for avante como já se fala para 2030. Valença estará no mapa bem referenciada, porque é o ponto fundamental de passagem para a outra margem. Quanto ao mencionado pelo Sr. Presidente da Câmara relativamente à possibilidade de se manter a mesma empresa de recolha do lixo, referiu que esta é a dificuldade dos concursos públicos. Às vezes ganha quem não querem e para anular um concurso público tem que estar bem sustentado juridicamente, pois as indemnizações podem ser pesadas. Relativamente à residência académica, perguntou que quantidade de camas projetadas na medida em que deve existir algum equilíbrio entre a oferta pública e a oferta privada. _____

- O **Membro Sra. Inês Ferreira** mencionou uma notícia do jornal Público, de há 30 anos, que já dizia que o TGV vai ligar Lisboa ao Porto numa hora e quinze minutos. Portanto, aguardarão, como aguardam pelo aeroporto há 50 anos. Relativamente à questão mencionada anteriormente pelo colega Pedro Lemos, relativamente ao Centro de Saúde, entretanto respondida pelo Sr. Presidente da Câmara, apesar de o ter ouvido dizer que iria fazer todos os esforços para que o serviço de atendimento permanente regressasse a Valença e não duvida, frisou que o serviço fechou quando o Governo era PS e a Câmara também, mas nunca se sabe e agora as coisas estejam diferentes e com o atual Governo PS e a atual Câmara PS volte o serviço de atendimento permanente. Seguidamente, atenta a que na informação escrita refere que será alvo de intervenção, solicitou informações sobre as previsões para o edifício do cineteatro, se vai manter a estrutura, o fim para o qual foi criado. Por último, questionou se a construção de uma Casa Mortuária em Valença está prevista nos 4 anos de mandato, bem como solicitou que a Câmara fizesse um esforço, caso a Santa Casa da Misericórdia enverede pela iniciativa privada para a aquisição do edifício do Colégio Português, para que não fosse adulterada a fachada nem os fins para os quais foi doado. Trata-se

de um edifício emblemático para Valença. _____

- **O Deputado Sr. Pedro Lemos** questionou que tipo de reabilitação é que vai ser feita no parque infantil, na Avenida da Estação, uma vez que é preciso ter em atenção a nível de sombras do parque. ____

- **A Deputada Sra. Paula Natal** questionou se tem conhecimento da situação da criação da segunda EIP dos Bombeiros Voluntários de Valença e solicitou informação sobre como foram resolvidos os processos judiciais, sendo que de 36, atualmente constam apenas 12. Seguidamente, sendo a Avenida do Colégio Português uma das artérias mais movimentadas pela proximidade às escolas, questionou se está pensada alguma solução para sanar a questão do estreitamento da via entre a estação de comboios e o Edifício Bruxelas, uma vez que o estacionamento passou a ser feito mais dentro da via, devido à ecovia. _____

- **O Deputado Sr. Sebastião Alves** recordou ao Sr. Presidente da Câmara que não lhe respondeu qual o custo do terreno e o valor da obra do parque de estacionamento na Rua Frei Santa Maria de Viterbo. Em relação ao Palácio de Vidro, reforçou que o prédio fisicamente existe, no PUACV é que não. Seguidamente, quanto ao ponto de situação das empreitadas e projetos solicitou que antes de ser colocado o pavimento na rua de Ervelho seja feito o alargamento da via, assim como questionou se a construção de muros de alvenaria de pedra em Sanfins e Silva seriam para alargar uns centímetros aos caminhos. Mais, em relação à requalificação da antiga escola de Silva para a habitação social questionou se efetivamente se trata de um projeto apenas para a escola ou para a freguesia. Alegrou-se pela requalificação do auditório de Verdoejo, porque já não oferece condições dignas à sua natural atividade. _

- **O Deputado Sr. Luís Amorim** manifestou satisfação com o desbloqueio da obra do Centro Social e Cultural de São Pedro da Torre que, finalmente, vai ser concretizada. Sendo necessário para a dinamização das atividades e acolhimento de pessoas carenciadas. Felicitou também, o Executivo, pela requalificação do centro náutico e zona envolvente, há anos ao abandono. Por último, questionou o Sr. Presidente da Câmara para quando está prevista a iniciação da requalificação da Estrada Nacional 101 Valença-Melgaço atento a que, há uns dias, viu uns técnicos das Infraestruturas de Portugal a fazer um levantamento na zona da Tomada de Barros que lhe deu a entender que estaria programada para curto prazo. Verificou, também, que na mesma estrada decorreram recentemente obras de reforço do abastecimento de água e com a abertura de novas condutas de ligação da água. _____

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra Sr. Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos tidos por necessários. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao Presidente da Junta de Freguesia de Cerdal, Sr. Carlos Pereira, que efetivamente o Caminho da Costa foi certificado no ano passado e teve apoio, através de candidatura, para a sua divulgação. Assumiu que efetivamente o caminho primitivo, o Central, teve menor promoção comparativamente ao Caminho da Costa. No entanto, a sua promoção também será alvo, futuramente, de candidatura. Atualmente, as Câmaras Municipais do Barcelos, Ponte

de Lima, Paredes de Coura e Valença estão envolvidas na sua certificação, subjacente ao entendimento, na sua denominação, das entidades intervenientes, Municípios, Turismo e Governo. _____

Respondendo à Deputada Sra Liliana Fernandes, relativamente ao fornecimento de fruta fora das horas das refeições escolares para os alunos, a Câmara Municipal em conjunto com a Direção da Escola, promoverá a distribuição de fruta. Quanto à mencionada falta de salas, lamentou e não entende como é que se investiram mais de 3.000.000,00€ (três milhões de euros) na escola sede e não planearam adequadamente o número de salas necessário. É verdade que o aumento de alunos não veio ajudar, contudo estão a estudar a forma de resolver a situação. Para as obras da segunda fase da escola está previsto um investimento de 1.000.000,00€ (um milhão de euros), para a eficiência energética e obras de remodelação interior. _____

Seguidamente, respondeu ao Membro Sr. Alberto Vilas, relativamente à Rua de Favais, que os trabalhos de repavimentação já foram iniciados. Quanto à Eurocidade, genericamente, estão de acordo e o plano estratégico 2030 servirá para reforçar a cooperação entre Tui e Valença. Até há quem defenda que se podia criar uma AECT Tui-Valença para ter personalidade jurídica. Relativamente à questão do Edifício do Colégio Português, a Câmara Municipal aguarda decisão da Santa Casa da Misericórdia. Caso exista acordo, o assunto será objeto de apreciação em sede de Assembleia Municipal e a intenção é que seja um centro cultural de arte e inovação aberto à comunidade. Relativamente à residência académica, informou que estão previstas apenas 56 camas, que não serão suficientes para responder à procura verificada, por isso a iniciativa privada não fica prejudicada com a existência da residência. No que concerne ao TGV, informou que ainda não se possui informação detalhada. _____

Quanto à questão do SAP, afirmou que o seu funcionamento está subjacente à criação de condições para o efeito. No que concerne ao cineteatro informou que, dada a sua elevada degradação, o projeto de recuperação irá prever uma remodelação de modo a torná-lo um espaço de uso cultural multi-funcional. Prosseguindo, a casa mortuária de Valença é um assunto que já se fala há muitos anos e, se fosse fácil, provavelmente estaria resolvido. Existem vários problemas no Cemitério Municipal, designadamente a deslocação da Capela, há muitos anos prevista, mas ainda não concretizada. A casa mortuária deverá ser construída no exterior do Cemitério Municipal. Contudo, tem-se deparado com a dificuldade em termos de espaços disponíveis nas proximidades. _____

Respondendo às questões suscitadas pelo Deputado Sr. Pedro Lemos, referiu que a requalificação do parque infantil na Avenida da Estação ainda não está concluída pela dificuldade na receção de material e que também, está a ser pensada a solução para que haja alguma sombra natural ou através de cobertura artificial. _____

Seguidamente, informou a Deputada Sra. Paula Natal que a homologação do financiamento para a criação da segunda EIP foi objeto de aprovação em sede de reunião de Câmara. Acrescentou que a EIP apenas se poderá constituir se existirem bombeiros disponíveis para o efeito. Relativamente aos processos judiciais finalizados, irá solicitar ao consultor jurídico que, futuramente, a relação venha acompanhada com a forma da resolução. Quanto às dificuldades de circulação na Av.^a do Colégio

Português referiu que esse problema vem do executivo anterior, que não o acautelou aquando do alargamento do passeio. No entanto, logo que a Comissão de Trânsito esteja a funcionar, esse e outros problemas serão devidamente avaliados. _____

Prosseguindo, relativamente à menção pelo Deputado Sr. Sebastião Alves, o PUACV foi discutido e aprovado pelo Executivo anterior, quer na Câmara quer na Assembleia, e se se trata de um lapso já devia ter sido corrigido. Quanto ao parque de estacionamento na Rua Frei Santa Rosa de Viterbo, custou cerca de 70.000,00€ (setenta mil euros). Em relação à Rua do Ervelho, informou que vai ser pavimentada em toda a sua extensão e alargada onde é possível. Lamentou que alguns proprietários não estejam disponíveis para a cedência de terreno para os necessários alargamentos. No que concerne aos alargamentos previstos para as freguesias de Sanfins e Silva, informou que se tornam necessários devido ao perigo que se faz sentir na zona, em termos de circulação rodoviária, com reposição de muros degradados, tendo mencionado as dimensões dos alargamentos de ambas. Quanto à antiga Escola Primária da Freguesia da Silva, informou que tem a finalidade de habitação social. Quanto à requalificação de Verdoejo, trata-se de um investimento de cerca de 200.000,00€ (duzentos mil euros), para a remodelação da cobertura, entrada principal e auditório, por forma a criar segurança, melhor acessibilidade e condições térmicas. _____

Relativamente às questões suscitadas pelo Deputado Sr. Luís Amorim, designadamente quanto ao Centro Social de São Pedro da Torre, referiu-lhe que a responsabilidade da conclusão das obras é do Centro Social. Não obstante, desde que tomaram posse, têm estado em articulação com o mesmo para a preparação de uma candidatura ao PRR. Esta obra permitirá alargar respostas sociais e vai ficar com mais 80 vagas, para o lar residencial, serviço de apoio domiciliário e centro de dia. Quanto à Estrada Nacional 101, informou que é uma empreitada da responsabilidade da IP e adiantou que a obra já foi adjudicada e que os trabalhos preveem iniciar-se no primeiro trimestre de 2023. Informou, ainda, que decorreram obras para o reforço e melhoramento da rede de abastecimento de água e saneamento e a Câmara já adjudicou e iniciou a ampliação da rede de saneamento na zona de Miudal, em Verdoejo. ____

Terminada a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para a **segunda ronda**, tendo-se inscrito as Sras. Paula Natal e Inês Ferreira. _____

- **A Deputada Sra. Paula Natal** mencionou, na sequência da intervenção do Deputado Sr. Luís Amorim acerca do ponto de situação das empreitadas do Centro de Apoio à Visitação e Rede Natura 2000 do Centro Náutico, que o pavilhão náutico é propriedade da Sociedade Recreativa Segadanense. Mais alertou que num contexto de pandemia poucas ou quase nenhuma empresas trabalharam e contra atos de vandalismo a sociedade não pode ser responsabilizada, assim como também não possui capacidade financeira para a contratação de um nadador-salvador para continuar a dinamizar a canoagem, remo. Portanto, não aceita que para atacar os políticos se denigra uma associação, fundada em 1944, que tanto já dignificou Valença. _____

- **O Membro Sra. Inês Ferreira** relativamente à paróquia de Valença e às suas duas igrejas que habitualmente recebiam féretros, durante a pandemia, foi proibido o velório, após a pandemia, e apenas existe celebração religiosa de corpo presente. _____

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra Sr. Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos tido por necessários. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu à Sra. Deputada Paula Natal que verificaram, logo que tomaram posse, que o edifício do Náutico estava abandonado e degradado. Efetivamente existe um contrato celebrado entre a anterior Câmara e a Sociedade Recreativa Segadanense, válido por 20 anos, para o arrendamento desse espaço. Verificadas as condições do contrato e o estado edifício, deram início à abertura de concurso para a execução da respetiva requalificação. Quanto aos mencionados atos de vandalismo entende que a Sociedade e/ou o anterior Executivo, na altura, deveriam ter tomado as necessárias ações e providências para acautelar a preservação do imóvel. _____

Por último, concordou com o mencionado pela Deputada Sra. Inês Ferreira, que os velórios não existem mas o culto continua a existir. _____

INTERRUPÇÃO DOS TRABALHOS: Das 11h40 às 11h50 foram interrompidos os trabalhos para um breve intervalo. _____

Termos em que o **Sr. Presidente da Assembleia** reiniciou os trabalhos e passou ao ponto que se segue.

PONTO 2º APRECIÇÃO DO PARECER JURÍDICO ACERCA DA PARCERIA DO MUNICÍPIO COM O ESTADO PORTUGUÊS, A ADP-ÁGUAS DE PORTUGAL, SGPS,S.S. E A SOCIEDADE A.D.A.M – ÁGUAS DO ALTO MINHO, S.S. E VOTAÇÃO DA PROPOSITURA DE AÇÃO AO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

Foi presente a proposta aprovada pela Câmara Municipal, em sua reunião realizada a catorze de julho último, para a propositura de uma ação, junto do Tribunal Administrativo, centrada na questão respeitante à invalidade do n.º 7 da Cláusula 30.ª do Contrato de Parceria celebrado com o Estado Português, a ADP SGPS e a ADAM – Águas do Alto Minho, S.A., que obriga ao exercício conjunto do direito de resolução, por parte de todos os Municípios e sendo considerada, essa cláusula, inválida, o Município de Valença, possa por si só fazer cessar o vínculo se se sentir penalizado. _____

Termos em que o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, tendo-se inscrito os Srs. Alberto Vilas, Pedro Lemos e Luís Amorim. _____

- **O Membro Sr. Alberto Vilas** questionou se o Município está a propor que a Assembleia opine sobre a intenção de promover uma ação judicial junto do Tribunal Administrativo, apenas para contestar o n.º 7 da cláusula 30.ª do contrato de parceria, uma vez que consta do preâmbulo e da certidão da ata que foi solicitado parecer com três perguntas, se existe a possibilidade jurídica de o Município fazer cessar a sua participação, que consequências jurídicas, financeiras e outras poderiam trazer essa retirada, com a saída da empresa, o que é que se passaria com a questão dos investimentos comunitários, se podem sair ou não o Município isoladamente. _____

- **O Deputado Sr. Pedro Lemos** mencionou que iria votar favoravelmente o recurso, porque nunca foi a favor da parceria em apreço e verifica que no enquadramento político refere apenas a posição contra que o Partido Socialista de Valença sempre manifestou. _____

- **O Deputado Sr. Luís Amorim** considerando que o Partido Socialista sempre se manifestou, tanto no Executivo como na Assembleia Municipal, contra a parceria do negócio entre o Município e as Águas do Alto Minho e que constava do programa eleitoral que o Partido tudo faria para sair desse negócio, o executivo solicitou um parecer jurídico, que todos possuem, cuja conclusão é a via judicial, contestando o n.º 7 da cláusula 30.ª da parceria. Mediante a conclusão, a Câmara Municipal aprovou uma proposta de intenção de promover ação judicial junto do Tribunal Administrativo e está a submeter ao órgão deliberativo, recurso ao qual o Partido Socialista iria votar favoravelmente. _____

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra Sr. Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos tido por necessários. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal mencionou que a Câmara Municipal contratou o Prof. Carlos Abreu Amorim para a emissão de parecer jurídico no sentido de perceber se a Câmara podia cessar os seus contratos com a AdAM e foram colocadas três questões que entenderam ser fundamentais para a eventual saída da empresa. A primeira pergunta foi: “Existe alguma possibilidade jurídica de o Município de Valença fazer cessar a sua participação nos pactos, parcerias e contratos que celebrou com o Estado Português Águas de Portugal e a AdAM?”; a segunda foi: “Que consequências jurídicas, financeiras ou outras poderão decorrer para o Município de Valença de uma eventual cessação dos pactos, parcerias e contratos?”; e a terceira foi: “se com a saída da empresa, os investimentos comunitários podem ser mantidos com o Município isolado, tendo em conta que são investimentos elegíveis”. Ao parecer e à proposta da Câmara foi anexado um enquadramento histórico, para a sua contextualização. Portanto, a 01/01/2019, foi celebrado contrato de parceria entre o Estado Português e o conjunto dos sete Municípios do Alto Minho para a constituição da empresa Águas do Alto Minho AdAM e para a gestão dos sistemas em baixa de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, bem como o contrato de parceria em apreço, o qual de acordo com o n.º 1 da cláusula 10.ª, com visto prévio do Tribunal de Contas a 31/05/2019, vigora pelo prazo de 30 anos, terminando a vigência do contrato em 2049. No entanto, em 22/06/2019 foi celebrado um contrato de gestão entre o Estado português, os sete Municípios e a AdAM, como entidade gestora da parceria e a 19/09/2019 foi elaborado um terceiro instrumento de natureza contratual, designado “*Acordo parassocial entre as Águas de Portugal e os sete Municípios*”, que visava o estabelecido no contrato de parceria e no contrato de gestão relativo à AdAM – Águas do Alto Minho e regulamenta as participações acionistas relativamente às deliberações da Assembleia Geral, que altera a proporcionalidade da estrutura acionista. Em suma considerando que o Partido Socialista de Valença sempre se manifestou de forma transparente e clara contra este contrato de parceria e, na altura, nefasto e lesivo para os interesses dos valencianos e do Concelho, assumiram o compromisso, nas eleições autárquicas de 2021, de solicitar um parecer jurídico para avaliar o impacto e as consequências jurídicas

de uma eventual cessação dos vínculos contratuais com o Estado Português, Águas de Portugal e com a AdAM. O Parecer do Prof. Carlos Abreu Amorim, professor da Universidade do Minho, diretor na Universidade do Minho, em Braga, refere, em traços gerais, a impossibilidade da saída imediata da AdAM e apenas possível por justa causa, quando exercida em conjunto pelos sete Municípios. Isto é, se Valença se sentir prejudicada e quiser sair, não pode sair isoladamente. Individualmente só será possível ao fim de 10 anos do contrato, indemnizando a empresa. Pelo que foi proposto à Câmara que aprovasse a proposta e remetesse à Assembleia Municipal para decisão de recurso ao Tribunal Administrativo com base na questão de invalidade do n.º 7 da cláusula 30ª, por leonina, abusiva e que prejudica o interesse dos Municípios a favor do interesse da empresa. Recordou o parecer do Tribunal Constitucional que concluiu relativamente ao referendo apresentado sobre o assunto, que o referendo não podia avançar porque não havia nenhum efeito. Isto é o Município pode sair, se algum dos outros Municípios ou se as Águas do Alto Minho quiserem ficar com a quota do Município de Valença, no entanto a gestão da água continuaria a ser da empresa. Obviamente isso não interessa nada, porque pelo menos o Município estando dentro, vai gerindo, acompanhando e solicitando investimentos. _____

Terminada ma intervenção do Sr. Presidente da Câmara, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para a **segunda ronda**, tendo-se inscrito os Srs. Alberto Vilas e Luís Amorim. _____

- **O Membro Sr. Alberto Vilas** mediante a explicação dada pelo Sr. Presidente da Câmara, percebeu que o que está aqui em causa é questionar o Tribunal Administrativo se a cláusula 30.ª, nomeadamente o seu ponto 7, é uma cláusula leonina, abusiva e que não deveria ser colocada no contrato e nada tem a ver com a criação da empresa, prestação e qualidade dos seus serviços. Em seguida referiu-se à última página do parecer do Dr. Carlos Abreu Amorim, no qual é salientada a seguinte questão: “a declaração de nulidade dos contratos acarreta a repetição do indevido”, isto é, tudo o que está a ser feito no âmbito desta parceria entre a AdAM e o Município fosse dirimido e validado tudo poderá ser revertido para o Município, mediante um determinado pagamento. Termos em que questionou em que é que o Município de Valença se sente prejudicado com a ação da AdAM em relação aos seus sócios Municípios que não se sentem prejudicados e qual é a atividade que a AdAM está a fazer em Valença que está a condicionar a sua atuação do Presidente da Câmara de Valença e não dos seus colegas Presidentes de Câmara aderentes. Parece que está a haver aqui algum prejuízo intencional da ação da AdAM sobre Valença. _____

- **O Deputado Sr. Luís Amorim** referiu que o contrato está blindado de tal forma que impossibilita a saída de um Município por si só, a curto prazo, e os Valencianos continuarão a ser lesados mais 10 anos, por este negócio ruinoso. _____

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra Sr. Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos tido por necessários. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal mencionou que independentemente de outros Municípios se sentirem ou não lesados, mantém o que disse em campanha eleitoral, que este contrato é lesivo dos interesses dos Valencianos. Alias, três Municípios do Alto Minho não aderiram a esta parceria, o que significa que a adesão à AdAM não foi consensual. Mais esclareceu que, as remodelações da rede de água e saneamento são da responsabilidade da AdAM e a Câmara assume 15% do custo das obras. As ampliações de rede são da responsabilidade da Câmara e sem financiamento comunitário garantido. O que não é aceitável. _____

Seguidamente, colocado o ponto a votação, a Assembleia Municipal num universo de **31** (trinta e um) **Membros**, apreciou o parecer jurídico acerca da parceria com o Estado Português, a ADP- Águas de Portugal, SGPS, S.A. e a sociedade A.D.A.M. – Águas do Alto Minho, S.A e aprovou, **por maioria**, com **24** (vinte e quatro) votos a **favor**, **7** (sete) **abstenções** dos Srs. Alberto Vilas, Inês Ferreira, Aurélia Correia, Jorge Moura, Liliana Cerqueira, Jorge Fagundes e Carlos Pereira, **0** (zero) votos **contra**, apresentar ação junto do Tribunal Administrativo centrada na questão respeitante à invalidade do n.º 7 da Cláusula 30.ª do Contrato de Parceria, que obriga ao exercício conjunto do direito de resolução por parte de todos os Municípios e de modo a que, considerando a invalidade dessa clausula, o Município, por si só, possa fazer cessar o vínculo se se sentir penalizado. _____

INTERRUPÇÃO DA SESSÃO PARA ALMOÇO: Quando eram **12h00** a sessão foi interrompida para almoço, tendo sido **reiniciados** os trabalhos pelas **14h20** com **26 (vinte e seis) Membros**, seguintes: José António Moreira Cerqueira, Maria da Conceição da Cunha Pereira, Filipe Fernandes Taveira, Alberto Luís Oliveira Vilas, Sebastião António Silva Alves, Luís Manuel Gomes Amorim, Paula Alexandra Melim dos Santos Natal, Paulo Jorge Gonçalves da Purificação, Aurélia da Conceição Costa Torres Gomes Correia, António José Gomes Sousa, Rui Pedro da Silva Ferreira, Pedro Manuel Guedes Lemos, Maria do Carmo Costa Branco da Silva Duarte, Hernâni Natal Araújo, Orlando Vasco da Cunha Oliveira, Amândio José Mendes de Nascimento Moreira, Jorge Manuel de Sousa Fagundes, André de Sousa Rodrigues, Álvaro Agostinho Gomes Alves, Armando Rodrigues Fernandes, Cristóvão Amorim Pereira, Isidro Manuel Cortinhas de Sousa, Cristina Maria Vilas Rodrigues, Alexandre Pereira Lagoa, José Manuel Montenegro Roda e Diogo Miguel Costa Silva. _____

PONTO 3º – AEROPLANUM – ASSOCIAÇÃO AERÓDROMO ALTO MINHO/ GALIZA - APROVAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO, PARTICIPAÇÃO E ESTATUTOS

Presente a proposta aprovada pela Câmara Municipal, em sua reunião realizada a oito de setembro corrente, para a participação do Município na constituição da Aeroplanum – Associação Aeródromo Alto Minho/ Galiza e, como sócio da Associação de direito privado sem fins lucrativos, bem como, os respetivos estatutos da Associação. _____

Em seguida, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrição, tendo-se inscrito os Srs. Paula Natal, Sebastião Alves e Luís Amorim. _____

- **A Deputada Sra. Paula Natal** relativamente ao ponto em apreço, mencionou que se trata de uma mais-valia para o Alto Minho. _____

- **O Deputado Sr. Sebastião Alves** em relação à proposta apresentada referiu que foi um dos sócios fundadores do Aeroclube em apreço e enquanto Vereador da Câmara, na altura, fez parte da decisão de pavimentar o respetivo caminho do acesso e o alargamento da pista para norte e para sul, assim como que os primeiros três pavilhões foram implantados de acordo com a ANAC. Ficou triste quando há cerca de um mês foi convidado por um amigo para ir ao Aeródromo e verificou a enorme proliferação de pavilhões na zona, alguns sem legalização. Trata-se de uma pista construída contra a direção dos ventos, nascente/poente. Acontece que os primeiros pavilhões foram implantados no sentido de poder vir a ser construída uma pista paralela, na direção dos ventos norte/sul. Aí sim, seria uma pista razoável. Concluindo, mencionou votar favoravelmente. _____

- **O Deputado Sr. Luís Amorim** relativamente ao ponto em apreço mencionou que votariam favoravelmente uma vez que será para a dinamização do turismo e da região do Alto Minho. _____

Finalizadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra Sr. Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos tido por necessários. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu ao Sr. Deputado Sebastião Alves que também foi fundador do Aeroclube de Cerval, em 1991. A questão é que as Câmaras tinham vontade de melhorar todo o espaço e a gestão do aeródromo, no entanto sempre houve algumas dificuldades relacionadas com a celebração de contratos para a ocupação dos terrenos pertencentes, do lado de Valença, à Comissão de Compartes de Chamosinhos e, do lado de Cerveira, aos Compartes dos baldios de Vila Meã. A Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira conseguiu fazer acordo para a cedência do espaço do terreno, não tendo sucedido o mesmo com a autarquia de Valença. Atualmente foi celebrado um contrato com a Comissão de Compartes de Chamosinhos, para a cedência dos terrenos ao Município de Valença. Em março, contactaram a Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, o Instituto Politécnico de Viana do Castelo e a Associação Empresarial do Vale do Minho, no sentido de constituírem uma associação para a gestão conjunta do espaço em apreço. Trata-se da constituição de uma associação que é designada AEROPLANUM – Associação Aeródromo Alto Minho/Galiza cujo objetivo principal é a promoção, expansão, potenciação do Aeródromo, gestão do espaço, a inovação, investigação e desenvolvimento aeronáutico, bem como, a promoção turística da região. A intenção é, também, possuir um espaço onde os helicópteros possam, sobretudo à noite, fazer a aterragem em segurança. Neste momento, o essencial é constituir a associação em apreço, integrar, aprovar os estatutos. _____

Terminada a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para a **segunda ronda**, tendo-se inscrito os Srs. Sebastião Alves. _____

- **O Deputado Sr. Sebastião Alves** agradeceu a informação prestada pelo Sr. Presidente da Câmara e alegrou-se que já exista um contrato para a resolução dos terrenos e por outro lado com a situação da localização de um heliporto, à entrada da zona do aeródromo, do lado esquerdo. _____

Finalizadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra Sr. Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos tido por necessários. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que o espaço já está sinalizado mas é necessário elaborar o respetivo projeto. _____

Findos os esclarecimentos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura da **segunda ronda**, no entanto não existiram intervenções. Termos em que colocou o ponto a votação e num universo de **26 (vinte e seis)** Membros, **25 (vinte e cinco)** votos **a favor** e **1 (uma) abstenção** do Sr. António Sousa, a Assembleia Municipal **aprovou, por maioria**, a participação do Município na constituição da Aeroplanum – Associação Aeródromo Alto Minho/ Galiza e, como sócio da Associação de direito privado sem fins lucrativos, bem como, no mesmo universo e com o mesmo resultado de votação aprovado, por maioria, os estatutos anexos à proposta apresentada pela Câmara Municipal. _____

PRESENÇA DE MAIS DOIS MEMBROS: Quando os trabalhos da sessão iam neste ponto participaram na sessão os Membros Srs. Inês Ferreira e Carlos Pereira _____

PONTO 4.º INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA - 1.º SEMESTRE 2022

Presente a informação económica e financeira prevista na alínea d) do número 2 do art.º 77.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, relativa ao 1.º semestre de 2022. Colocada a discussão, inscreveram-se para intervir os Srs. Alberto Vilas e Luís Amorim. _____

- **O Membro Sr. Alberto Vilas** atento a que não foi corrigido, na página 12 do documento em apreço, o valor relativo aumento da despesa com o pessoal político, questionou se efetivamente se trata de um erro ou se está correto o valor apresentado de 18.000€ (dezoito mil euros). _____

- **O Deputado Sr. Luís Amorim** referiu apresentar um resultado positivo muito superior ao do período anterior. _____

Finalizadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra Sr. Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos tido por necessários. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal mencionou que o documento em apreciação retrata a atividade desenvolvida no 1.º semestre de 2022, com um resultado líquido positivo, 482.000,00€ (quatrocentos e oitenta e dois mil euros), comparativamente com o mesmo período do ano transato, com um acréscimo de 48.000,00€ (quarenta e oito mil euros). Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Alberto Vilas, apesar de na altura, ter dito que podia ser erro, comprovou que efetivamente não é erro. A propósito comparou a estrutura política de 2020 com a atual. No passado, o elenco executivo era composto por quatro Vereadores, um Chefe de Gabinete e um Secretário, enquanto atualmente é

composto por três Vereadores a tempo inteiro, um Chefe de Gabinete e dois Secretários, cujo custo é menor que anteriormente. _____

Terminados os esclarecimentos, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrição para a **segunda ronda**, tendo-se inscrito o Sr. Alberto Vilas. _____

- **O Membro Sr. Alberto Vilas** não compreendeu o motivo da comparação com 2020 porque a atual organização é manifestamente diferente da organização anterior. Logo, o resultado tem que ser diferente e, naturalmente, superior. Devem-se fazer comparativos com igual período de 2021 e não com anos anteriores e acrescentou que no mesmo semestre em 2021 o número de vereadores a tempo inteiro era o mesmo. Portanto, atualmente possui um Gabinete de Apoio que fica mais caro 18.000,00€ (dezoito mil euros). _____

Finalizada a intervenção, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra Sr. Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos tido por necessários. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que se compararmos os últimos 6 meses com os 6 meses do ano passado, o aumento do custo está justificado com saída vereador do anterior Executivo. ____
Apreciada num universo de **28** (vinte e oito) **Membros** em cumprimento do disposto na alínea d) do número 2 do art.º 77.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro. A cópia depois de rubricada pelos membros da mesa fica anexa à pasta digital da sessão e dá-se por integralmente transcrita. _____

PONTO 5 - PROTOCOLO COM IPVC PARA DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E ATIVIDADES CIENTÍFICAS, CONSULTORIA E APOIO AO EMPREENDEDORISMO - COMPROMISSO PLURIANUAL

Presente a proposta aprovada pela Câmara Municipal em sua reunião realizada a vinte e cinco de agosto para a assunção do compromisso plurianual, previsto no protocolo celebrado entre o Município de Valença com o IPVC, para o desenvolvimento de projetos e atividades científicas, consultoria e apoio ao empreendedorismo. Após inexistência de inscrições ao ponto, o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** referiu que se trata de um protocolo de cooperação entre o IPVC e Câmara Municipal de Valença, para integrar um projeto, designado de NUTRIR-Núcleo Tecnológico para a Sustentabilidade Agroalimentar, cuja missão é estudar o território e as suas potencialidades. Em Valença é encarado como uma alavanca para os produtos endógenos do Concelho, potenciador do empreendedorismo e catalisador para a investigação e inovação. A atividade investigadora será levada a efeito por dois técnicos, durante os dois anos de vigência do protocolo, centrada na valorização e promoção de pequenos ruminantes e galináceos. A implementação do projeto custará ao Município cerca de 13.400,00€ (treze mil e quatrocentos euros). ____

A Assembleia Municipal colocou à votação o referido documento que num universo de **28** (vinte e oito) **Membros** aprovou, por unanimidade, o compromisso plurianual previsto no protocolo celebrado entre o Município de Valença com o IPVC para o desenvolvimento de projetos e atividades científicas, consultoria e apoio ao empreendedorismo. _____

PRESENÇA DE MAIS UM MEMBRO: Quando os trabalhos da sessão iam neste ponto participou na sessão o Membro Sra. Liliana Mateus. _____

PONTO 6 - TAXAS MUNICIPAIS PARA 2023

Presente a proposta aprovada pela Câmara Municipal, em sua reunião realizada a vinte e dois de setembro corrente, para a fixação, por parte do órgão deliberativo, das taxas municipais para o ano 2023. ____

- **O Membro Sr. Alberto Vilas** mencionou que não é novidade que o executivo anterior teve a estratégia política de devolver 5% do IRS. Termos em que questionou o motivo desta alteração e o atual executivo apenas quer devolver 2,5% da taxa de IRS à população e não a taxa de 5%, quando até por parte das instituições públicas e privadas, inclusive o Estado Central, está a ser feito o esforço para devolver alguns dos impostos cobrados à população, como por exemplo a recente devolução de 125,00€ (cento e vinte e cinco euros) a cada contribuinte. _____

- **O Deputado Sr. Luís Amorim**, relativamente ao ponto em apreço, verificam que as taxas são iguais às que vinham a ser praticadas, com exceção da de devolução do IRS, que anteriormente era de 5% e agora vai apenas ser 2,5%. O diferencial da devolução prende-se com a necessidade de investimentos a nível das freguesias e apoios sociais. Motivo pelo qual mencionou que iriam votar favoravelmente. _____

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra Sr. Presidente da Câmara Municipal para os necessários esclarecimentos. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que o que se propõe é manter as taxas municipais que foram aprovadas no ano de 2022. Relativamente à questão que é colocada pelo Sr. Deputado Alberto Vilas sobre a devolução da taxa de IRS, referiu que a Câmara tem direito a 5% do IRS e este ano irá devolver 2,5%. Portanto, não retira, devolve e o valor da taxa dos 2,5% do Município, cerca de 160.000,00€ (cento e sessenta mil euros) por ano, que poderão ser investidos em cantoneiros para as Juntas de Freguesias. Trata-se de gestão do Município. Valença, infelizmente, é o Concelho do Distrito de Viana do Castelo que menos FEF recebe. _____

Terminada a intervenção, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrição para a **segunda ronda**, tendo-se inscrito o Membro Sr. Alberto Vilas. _____

- **O Membro Sr. Alberto Vilas** mencionou que se trata de uma opção que este executivo quer tomar, não devolver 2,5% dos habituais 5% de taxa de IRS. Quanto ao destino que querem dar ao valor da taxa não devolvida, são opções. Sendo certo que ao devolver mais aos contribuintes fica menos para investimento, no entanto a argumentação apresentada é lata. Prosseguindo, exemplificou, o próprio recebeu em 2022 um benefício do IRS 422,08€ e no próximo ano, mantendo o mesmo salário, irá receber cerca de 212,00€, portanto irão retirar-lhe cerca de 200,00€. Não concorda com a opção de redução da taxa de devolução de IRS e mencionou que iria votar contra. _____

- **O Deputado Sr. Luís Amorim** mencionou que a retenção de 2,5% é uma opção política assumida pelo Executivo Municipal e reconhecem que para haver investimentos nomeadamente para Freguesias é necessária receita. Inclusivamente, a população reconhece que atualmente tem havido melhoramentos, assim como os Srs. Presidentes de Junta têm tido mais autonomia financeira com as, atuais, transferências municipais. _____

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra Sr. Presidente da Câmara Municipal para os necessários esclarecimentos. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal frisou ao Membro Sr. Alberto Vilas que o Município ao fixar a taxa em 2,5% está a beneficiar os investimentos municipais. Mais, referiu-lhe relativamente ao exemplo que apresentou que a maioria dos valencianos, infelizmente, não receberão nada. Portanto com a devolução de maior percentagem de taxa de IRS beneficia quem mais ganha. Finalizou, frisando que nunca, no passado, as Juntas de Freguesias foram tão apoiadas como com o atual executivo. _____

Discutido o ponto, **a Assembleia Municipal procedeu à votação individualizada** das taxas municipais para 2023 e respetiva fixação, pela ordem que a seguir se indica: _____

IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI A VIGORAR EM 2022 Num universo de **29** (vinte e nove)

Membros deliberou, **por maioria** com a abstenção do Sr. Sebastião Alves, fixar as seguintes taxas:

1.1. Nos termos do n.º 5 do artigo 112.º do CIMI: _____

- Prédios Rústicos: 0,8% (artigo 112.º, n.º 1 al. a)); _____
- Prédios Urbanos: 0,3% (artigo 112.º, n.º 1 al. c)). _____

1.2 No âmbito de uma política global de recuperação e revitalização da Fortaleza de Valença e de incentivo ao arrendamento: _____

1.2.1 Elevar ao triplo as taxas aprovadas no ponto 1.1 para os prédios urbanos que se encontrem em devolutos há mais de um ano ou prédios em ruínas, tal como definidos em diploma próprio, localizados em áreas de Reabilitação Urbana. _____

1.2.2 Majorar em 30% as taxas aprovadas no ponto 1.1 para os prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, localizados dentro dos limites intra-muros da Fortaleza de Valença e espaço confinado até ao Limite da Zona Especial de Proteção da Praça Forte de Valença do Minho (ZEP – D.G., II Série, n.º 290 de 13 de dezembro de 1958). _____

1.3. Na sequência da alteração introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para 2016 ao código do Imposto Municipal sobre Imóveis, no sentido de permitir fixar uma redução fixa, atendendo ao número de dependentes que compõem o agregado familiar, nos casos em que se trate de imóvel destinado a habitação própria e permanente. _____

1.3.1 Nos termos do nº 1 do artigo 112º A do CIMI (IMI Familiar): _____

- Fixar uma redução de 20 € para as famílias com 1 dependente a cargo; _____
- Fixar uma redução de 40 € para as famílias com 2 dependentes a cargo; _____
- Fixar uma redução de 70 € para as famílias com 3 ou mais dependentes a cargo. _____

TAXA DE DERRAMA referente a 2022 a cobrar em 2023 No universo **29** (vinte e nove) **Membros** e deliberou, **por maioria**, com abstenção do Sr. Sebastião Alves, fixar a seguinte taxa: _____

- 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC com um volume de negócios superior a 150.000 euros; _____
- 0,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC com um volume de negócios inferior a 150.000 euros. _____

TAXA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS Num universo de **29** (vinte e nove) **Membros**, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **19 (dezanove)** votos a **favor**, **5 (cinco)** votos **contra** dos Srs. Alberto Vilas, Inês Ferreira, Aurélia Correia, Liliana Cerqueira e António Sousa, e **5 (cinco) abstenções** dos Srs. Sebastião Alves, Paula Natal, Pedro Lemos, Hernâni Natal e Armando Fernandes, fixar a taxa de Participação variável no IRS, relativa aos rendimentos do ano de 2022, **em 2,5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial** (bonificação municipal de 2,5%). _____

TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM – TMDP Por último, num universo de **29** (vinte e nove) **Membros**, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, fixar a **Taxa Municipal de Direitos de Passagem – TMDP para o ano de 2022 em 0,25%**. _____

BENEFÍCIOS FISCAIS E MEDIDAS DE INCENTIVO À REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO HISTÓRICO DE VALENÇA E DA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE VALENÇA Encontram-se definidos nas ARU's respetivas, aprovadas na Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2015. _____

PONTO 7 - RECONHECIMENTO DE INTERESSE DA CANDIDATURA “VALORIZAÇÃO PATRIMÓNIO RURAL DA ALDEIA DE VERDOEJO” - REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO CULTURAL DE VERDOEJO E CAPITALIZAÇÃO DO VALOR HISTÓRICO E CULTURAL, NO ÂMBITO DA OPERAÇÃO 10.2.1.6 “RENOVAÇÃO DE ALDEIAS”

Presente a proposta aprovada pela Câmara Municipal, em sede de reunião realizada a vinte e dois de setembro corrente, na qual propõe ao órgão deliberativo reconhecer o interesse na candidatura “Valorização património rural da aldeia de Verdoejo” que incide na requalificação do Centro Cultural de Verdoejo e capitalização do valor histórico e cultural da Freguesia, no âmbito da operação 10.2.1.6 “renovação de aldeias”. _____

- **O Deputado Sr. Sebastião Alves** referiu que iriam votar favoravelmente por entenderem ser válido e em prol do próprio Concelho. _____

- **O Presidente da Junta de Freguesia de Verdoejo, Sr. José Roda**, mencionou que o auditório de Verdoejo é de todos os valencianos e que a requalificação deste património prende-se com a necessidade im-

periosa de intervenção na cobertura, pelo que apelou ao reconhecimento unânime da candidatura em apreço. _____

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para as necessárias considerações. _____

O **Sr. Presidente da Câmara Municipal** referiu que se trata de uma candidatura da Junta de Freguesia para a remodelação e beneficiação do Centro Cultural de Verdoejo que está subjacente à declaração e reconhecimento de interesse na valorização do património rural da freguesia. _____

A Assembleia Municipal apreciou e colocou à votação o referido documento que num universo de **29** (vinte e nove) **Membros** aprovou, por unanimidade, reconhecer o interesse na candidatura “Valorização património rural da aldeia de Verdoejo” que incide na requalificação do Centro Cultural de Verdoejo e capitalização do valor histórico e cultural da Freguesia, no âmbito da operação 10.2.1.6 “renovação de aldeias”. _____

PONTO 8 - PROJETO DE REGULAMENTO DO “PONTÃO DE SÃO PEDRO DA TORRE”

Presente a proposta aprovada pela Câmara Municipal, em sede de reunião realizada a onze de agosto último, na qual propõe ao órgão deliberativo a aprovação do regulamento do “Pontão de São Pedro da Torre”, o qual foi objeto de discussão pública e para o qual não surtiram sugestões. Colocado o assunto a discussão não existiram inscrições, pelo que, de seguida, num universo de **29** (vinte e nove) **Membros**, a Assembleia Municipal **aprovou, por unanimidade**, o regulamento do “**Pontão de São Pedro da Torre**”. _____

PONTO 9 - SUBSÍDIOS E TRANSFERÊNCIAS: A) UNIÃO DE FREGUESIAS DE VALENÇA, CRISTELO-CÔVO E ARÃO

A Assembleia Municipal apreciou a proposta aprovada pela Câmara Municipal, em sede de reunião realizada onze de agosto último, à qual por não ter existido intervenções, foi colocada a votação num universo de **29** (vinte e nove) **Membros**, a Assembleia Municipal **aprovou, por unanimidade**, atribuir **5.000,00€ (cinco mil euros)** à **União de Freguesia de Valença, Cristelo – Covo e Arão** para apoio na requalificação da ponte medieval da Veiga da Mira. _____

PONTO 9 - SUBSÍDIOS E TRANSFERÊNCIAS: B) FREGUESIA DE S. PEDRO DA TORRE

A Assembleia Municipal apreciou a proposta aprovada pela Câmara Municipal, em sede de reunião realizada onze de agosto último, à qual por não ter existido intervenções, foi colocada a votação num universo de **29** (vinte e nove) **Membros**, a Assembleia Municipal **aprovou, por unanimidade**, atribuir **5.000,00€ (cinco mil euros)** à **Freguesia de S. Pedro da Torre** para apoio na requalificação da ponte medieval da Veiga da Mira. _____

PONTO 9 - SUBSÍDIOS E TRANSFERÊNCIAS: C) FREGUESIA DE GANFEI

A Assembleia Municipal apreciou a proposta aprovada pela Câmara Municipal, em sede de reunião realizada onze de agosto último, à qual por não ter existido intervenções, foi colocada a votação num universo de **29** (vinte e nove) Membros, a Assembleia Municipal **aprovou, por unanimidade**, atribuir 15.000,00€ (quinze mil euros) à Freguesia de Ganfei para aquisição de um prédio urbano composto de casa de um pavimento e rossios destinado a estacionamento coberto e fechado, sito no lugar de Tardinhade, com a área total de 64 m² a confrontar de Norte com Isabel Gonçalves Romeu, a sul e nascente com caminho publico e a poente com Manuel Joaquim Dias, inscrito na respetiva matriz urbana sob o art 215 da freguesia de Ganfei pelo preço de 5,000€ (cinco mil euros) e a raiz ou nua propriedade do prédio rústico composto por terreno de cultura e vinha denominado “horta do santo”, sito no lugar de Casais, inscrito na matriz sob o artigo 3086 e descrito na conservatória sob o n. 2152 da freguesia de Ganfei, pelo preço de 9000,00€ (nove mil euros) e o respetivo usufruto pelo preço de 1.000,00€ (mil euros). O apoio para aquisição do supra mencionado prende-se com finalidade de um largo mais digno e harmonioso, um ex-libris da freguesia e situam-se em frente ao respetivo largo. _____

PONTO 9 - SUBSÍDIOS E TRANSFERÊNCIAS: D) FREGUESIA DE FRIESTAS

A Assembleia Municipal apreciou a proposta aprovada pela Câmara Municipal, em sede de reunião realizada onze de agosto último, à qual por não ter existido intervenções, foi colocada a votação num universo de **29** (vinte e nove) Membros, a Assembleia Municipal **aprovou, por unanimidade**, atribuir 5.500,00€ (cinco mil euros) à Freguesia de Friestas para dois prédios rústicos, um sito no lugar da Trofa de Cima, a confrontar a norte com Ana Teresa Oliveira, de sul com caminho e nascente com Amâncio Sousa, a poente com Manuel José Fernandes, com uma área total de 280m², inscrito na respetiva matriz sob o artigo n. 1304 o outro, sito no lugar de Lagoa, a confrontar de norte com Manuel de Passos e outros, a sul com José Nazaré Pereira, nascente Maria Vaz de Sousa Fernandes e a poente António Vaz de Brito, com a área total de 90 m², inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 562. O apoio para a aquisição prende-se com o alargamento do caminho das Minas e parque da Foz. _____

PONTO 10 - PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DAS BOLSAS DE ESTUDO

Na sequência do projeto de regulamento aprovada na reunião de Câmara Municipal realizada a 29 de julho último, foi o mesmo objeto de discussão pública e não tendo surtido sugestões foi objeto, de acordo com a já citada deliberação executiva, de submissão direta ao presente órgão. Termos em que, antes das intervenções, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, o qual mencionou que o atual regulamento remonta ao ano 2004, e por conseguinte a necessidade de adaptações designadamente, nos critérios de acesso e valores das Bolsas de forma a criar mais justiça social. _____

Seguidamente, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, tendo-se inscrito o Deputado Sr. Pedro Lemos. _____

- **O Deputado Sr. Pedro Lemos** mencionou que votaria favoravelmente, apesar de considerar uma ajuda insignificante perante a asfixia que se faz sentir, originada com taxas e impostos fixados pelo último governo, com a agravante da inflação de 9,3% alcançada no corrente mês. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal mencionou que o valor a atribuir será alocado no orçamento para 2023. A alteração prende-se essencialmente com os critérios de atribuição de bolsas de estudo a cada aluno. Irão receber de acordo com o mérito e a necessidade e não irá ultrapassar os 800,00€/ano. _____

Terminada a discussão do ponto, a Assembleia Municipal, num universo de **29** (vinte e nove) Membros, **aprovou, por unanimidade**, alteração ao Regulamento de Atribuição das Bolsas de Estudo. _____

AUSÊNCIA DE DEPUTADO: Quando os trabalhos da sessão iam neste ponto o Deputado Sr. Hernâni Natal saiu da sessão não tendo regressado. _____

Finalizada a ordem do dia, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à 1.^a Secretária, em exercício, a leitura da **ata em minuta** relativa à ordem de trabalhos da presente sessão que, finda a mesma foi colocada à votação, tendo sido, num universo de 28 (vinte e oito) Membros, aprovada **por unanimidade**. Mais, comunicou que os trabalhos estavam encerrados quando eram 16horas e 30 minutos. _____

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente ata composta por vinte e seis páginas, a qual vai ser assinada pelo Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** e pela Coordenadora Técnica da Subunidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos que a redigiu. _____

Apoio à Assembleia Municipal A Coordenadora Técnica,	Assembleia Municipal de Valença O Presidente,
_____ Elisabete Guerreiro Dias Esteves	_____ José António Moreira Cerqueira